

24 out 1986, jornal de notícias, Porto

BIBLIOTECA MUNICIPAL MANUEL DE BOAVENTURA - ESPOSENDE

REVISTA DE IMPRENSA Publicação Jornal de Notícias

Local Porto Data 24/10/86 Série _____ N.º _____

Reserva natural: uma solução sem reservas

AREIAS DE ESPOSENDE ESCONDEM MUNDO DE INTERESSES MOVEDIÇOS?

Por JORGE MONTEIRO ALVES (texto) e PEREIRA DE SOUSA (fotos)

Graves acusações a um responsável autárquico já falecido, uma Câmara que quer levar uma proposta de criação de reserva natural até às últimas consequências e uma empresa que pretende salvaguardar, mesmo fazendo certas transigências, o que alega ser sua legítima propriedade. Estes foram alguns dos novos dados que o JN pôde constatar em mais um episódio relativo ao «folhetim» das dunas de Esposende, iniciado no séc. XV com a doação daqueles terrenos por D. João I a um filho bastardo, e que tem agora continuação no nosso século, com a Casa de Bragança a vender, em 1966, aquela propriedade a uma empresa entretanto constituída — a «Celanus» — e a instauração, a partir de determinada altura, de uma situação de conflito, com uns a favor e outros contra a criação de um complexo turístico de grande envergadura naquela zona. É uma «história» que envolve quase dez quilómetros de costa e enormes interesses financeiros.

«A «Celanus» foi criada por esposendenses, sem intuídos de rentabilidade, com uma escritura que garantia as mais amplas contrapartidas para o concelho» — refere ao JN o dr. José

Amândio, ex-administrador daquela empresa, da qual se encontra desvinculado há cerca de dois anos, desvinculação essa que lhe permite um maior à-vontade para esclarecer certas facetas menos claras de todo este «folhetim».

«Essas contrapartidas — prossegue o nosso interlocutor — teriam que ser realizadas com a exclusiva intervenção da Câmara».

«Contudo, o projecto estagnou com o «25 de Abril» e a empresa perdeu um pouco do conteúdo baírrista que a animava» — diz-nos o dr. José Amândio.

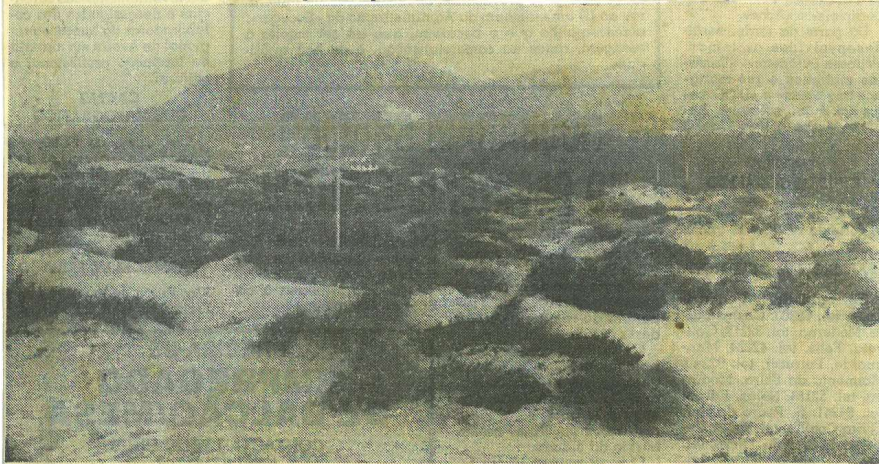
«O falecido eng.º Losa de Faria, ex-presidente da Câmara de Esposende, dá uma nova dinâmica à empresa — convoca os accionistas e, sob a sua orientação, surgem os primeiros projectos da «Celanus». É o próprio

Depois da «viragem» do eng.º Losa de Faria, houve desinteresse, os accionistas do Porto puseram à venda as suas acções e apareceram dois compradores: José Polónia e o eng.º Costa e Sousa. A partir daquele mo-

que «a nova Câmara, ao instituir a reserva natural, tomou uma medida cautelar, que eu adoptaria se fizesse parte do elenco municipal».

lá para princípios de Novembro, teremos a questão resolvida».

Refira-se, a propósito, que a proposta-recomendação seguiu os seus trâmites,



Esta é uma pequena parte das dunas de Esposende, cuja destruição teria graves repercussões do ponto de vista ecológico.

Losa quem ordena a materialização desses projectos» — continua.

● Graves acusações

O dr. José Amândio faz, de seguida, acusações extremamente graves ao falecido eng.º Losa de Faria, das quais afirma ter testemunhas e documentos comprovativos:

«Quando os projectos estavam no começo, prontos para o arranque, o eng.º Losa de Faria fez à «Celanus» reivindicações desmesuradas, para proveito próprio, sublinhe-se. A empresa não acedeu e ele efectuou uma «viragem» de 180 graus — do dia para a noite, de uma situação de perfeito consenso com a «Celanus», passa para grande defensor das dunas de Esposende,

mento, a «Celanus» tinha-se esvaziado de conteúdo, passou a ser uma mera empresa vocacionada para a venda de terras. Em suma: uma fábrica de fazer dinheiro» — prossegue o ex-administrador da «Celanus».

«Quebrando-se o esquema de desenvolvimento turístico, faltando-se assim ao que estava estipulado na escritura, uma parte sensível dos accionistas, incluindo a representação de Esposende, abandonou a «Celanus», ficando esta completamente à mercê dos novos senhores» — refere o dr. José Amândio.

Relativamente à recente deliberação da Assembleia Municipal de Esposende, no sentido de instituir uma reserva natural entre os rios Neiva e Cávado, o dr. José Amândio é de opinião de

● Reserva natural

Na sessão ordinária realizada no passado dia 30 de Setembro, a Assembleia Municipal de Esposende aprovou uma proposta-recomendação apresentada pelo CDS, na qual era preconizada a criação de uma reserva natural no litoral norte de Esposende, numa área compreendida entre os rios Cávado e Neiva. Sucede, porém, que grande parte desta reserva integraria os terrenos que a «Celanus» reivindicava como sendo de sua propriedade.

Para Laurentina Torres, presidente da Câmara Municipal de Esposende desde a morte do eng.º Losa de Faria, a reserva «será realida-de a muito curto prazo, pois tenho uma promessa verbal do secretário de Estado do Ambiente, segundo a qual,

tendo sido apresentada ao secretário de Estado do Ambiente, Carlos Pimenta, que, no passado dia 6 do corrente, enviou à Câmara de Esposende um parecer positivo relativamente ao assunto, afirmando, nomeadamente, que «concordava com a proposta da reserva natural, dado o valor da região em causa, a qual se insere na prioridade nacional de protecção e valorização do litoral».

Carlos Pimenta adiantava ainda que o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN) deveria enviar àquela Secretaria de Estado uma proposta legislativa nesse sentido.

Em 18 de Setembro, numa visita efectuada a Esposende sob a responsabilidade do chefe da Divisão de Investigação e Estudos Ecológicos, António Teixeira, era exposto ao SNPRCN que «o cordão de dunas na região em causa apresenta ainda algum interesse nos aspectos naturais e paisagísticos, constituindo certamente estruturas de protecção dos terrenos agrícolas situados para o interior e ac-

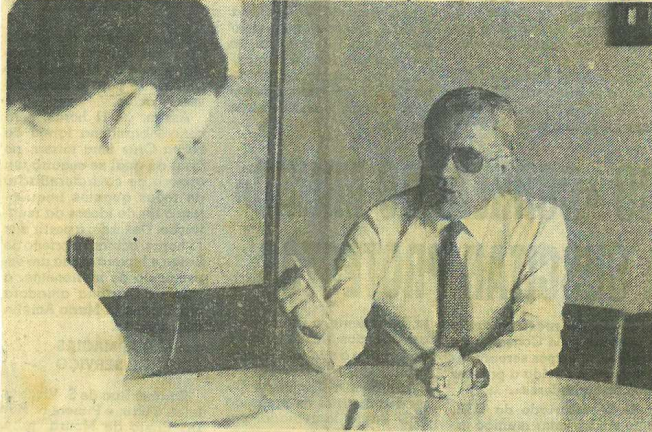
tualmente sujeitos a exploração».

Nessa exposição, era ainda salientado que «a proposta de solução apresentada pela «Celanus» (que consistia na cedência das dunas e exploração de

«Contudo — adianta a nossa interlocutora —, não podemos permitir um desenvolvimento desordenado. Quem ditará as regras no que concerne a projectos de construção ou edificação seremos nós».

çamos por confrontar o eng.º Costa e Sousa, um dos responsáveis máximos daquela empresa, com as acusações que lhe eram imputadas pelo dr. José Amândio, ex-administrador.

«Não somos uma fábrica de fazer dinheiro. Neste mo-



«Quando os projectos estavam prontos para o arranque, o eng.º Losa de Faria fez reivindicações desmesuradas, para proveito próprio, sublinhe-se. A empresa não acedeu e ele efectuou uma «viragem» de 180 graus» — acusa o dr. José Amândio, ex-administrador da «Celanus».

uma área «entelada» entre a praia e os terrenos agrícolas para nascente) poderá conduzir a uma intensificação muito sensível dos actuais níveis de ocupação humana na área», considerando-a «incorrecta e indesejável».

● Não temos nada contra a «Celanus»

Contudo, a Câmara de Espotense, na pessoa da sua presidente, Laurentina Torres, faz questão de frisar que «a nós o que nos interessa é preservar as dunas, independentemente de quem quer que seja. Não temos nada contra a «Celanus». Pretendemos, única e exclusivamente, defender os interesses de Espotense».

Laurentina Torres afirma que se os projectos da «Celanus» forem «ao encontro dos interesses do concelho não será a Câmara de Espotense que levantará entraves àquela empresa».

«A questão é muito simples: ou optamos pela preservação ou pela depreciação desta zona. É óbvio que, para nós, a opção teria de recair sobre a primeira hipótese» — prossegue.

«Tenho esperança em que a Câmara e as juntas de freguesia limítrofes à reserva, depois da criação desta, tenham um papel importante a desempenhar na Comissão de Gestão que acautelará os seus interesses» — afirma.

A finalizar, Laurentina Torres diz-nos que com a criação da reserva será dada «tranquilidade às populações. A verificar-se o contrário, na remota hipótese de a questão da reserva não ir para a frente, seria um grande escândalo».

● Apanhados de surpresa

A reportagem JN não podia deixar de auscultar o actual Conselho de Administração da «Celanus». Come-

mento, os únicos empreendimentos que a «Celanus» tem entre mãos já existiam no tempo do dr. José Amândio» — refere.

«Quero salientar que, no tempo da anterior Administração, a empresa estava altamente endividada e agora não deve um tostão a ninguém» — prossegue o eng.º Costa e Sousa, que fez, ainda, questão em dissociar os actuais responsáveis pelos destinos da «Celanus» das medidas tomadas pelos seus antecessores.

Relativamente à questão da reserva natural, aquele responsável da «Celanus» refere que «fomos apanhados de surpresa».

O eng.º Costa e Sousa manifesta a sua estranheza em relação a tal facto, pois, na sua opinião, a «Celanus» é «a favor da defesa ecológica da região, desde que não colida com os grandes objectivos da empresa, pois

esta foi criada para fins turísticos e para o desenvolvimento de Espotense e do país».



Laurentina Torres, presidente da Câmara Municipal de Esposende: «Se acedéssemos às pretensões da «Celanus», os terrenos agrícolas situados a nascente não durariam muito tempo — a sua destruição seria irreversível!».

«A nossa principal preocupação — prossegue o nosso interlocutor — é provar que o Norte do país tem óptimas condições turísticas. A Imprensa criou hábitos de que no Sul e que existem boas zonas para esta actividade. Nós, com a Câmara de Esposende, estamos vivamente empenhados no fomento turístico da região, criando um espaço novo para um turismo de qualidade. Quero referir-me, primordialmente, às infra-estruturas e às mais-valias que serão, com o facto, criadas no concelho».

«Creio que é efectivamente possível arrancarmos com os empreendimentos turísticos que temos em projecto, preservando o meio ambiente e, muito especialmente, as dunas de Esposende, que se tornaram num marco histórico na nossa geração» — prossegue o eng.º Costa e Sousa.

● Legítima proprietária

Aquele administrador da «Celanus» afirma, em seguida, que aquela empresa «é legítima proprietária de terrenos ao longo da costa

marítima entre os rios Cávado e Neiva».

«A «Celanus» é uma empresa criada com fins turísticos — prossegue —, e os terrenos que possui foram adquiridos à Casa de Bragança, numa transacção em que interveio a Câmara Municipal de Esposende».

«A Câmara de Esposende, além de ter intervido directamente na compra, fez parte do primeiro Conselho de Administração da «Celanus» e é accionista de 10 % do capital inicial da empresa, tendo pertencido sempre ao seu Conselho Fiscal» — afirma.

«Nos objectivos definidos na escritura de compra, conta-se a promoção turística da zona denominada «dunas de Esposende», destacando-se a construção de moradias, hotéis, restaurantes, piscinas, motel, parque de campismo e um campo de golfe» — adianta o eng.º Costa e Sousa.

● Divergências são contrasenso

De seguida, o administrador da «Celanus» faz questão de sublinhar que as divergências verificadas ao

longo de tanto tempo são, em certa medida, um contrasenso, pois haverá consonância de interesses: «Tanta a «Celanus» como a Câmara de Esposende estão empenhadas no desenvolvimento da região, tendo sempre em linha de conta o valor e a beleza das suas dunas».

«Sendo, embora, a «Celanus» legítima proprietária de toda a faixa costeira, o seu Conselho de Administração está na disposição de ceder vastas zonas às juntas de freguesia, para usufruto das suas populações e do povo de Esposende em geral, com quem tem mantido as melhores relações» — prossegue.

Confrontado com a hipótese de o secretário de Estado recusar uma proposta de consenso adiada pela «Celanus» (a tal em que a empresa cederia os seus direitos em relação às praias e ficaria exclusivamente na posse de terrenos situados entre a veiga e as dunas) e aprovar sem restrições a proposta de reserva natural apresentada pela Câmara de Esposende, o eng.º Costa e Sousa afirma que «estamos serenos e confiantes na justiça e conscientes dos nossos direitos. A nossa posição actual é de expectativa».

24 Jul 1986. jornal de notícias Porto

5



«Embora sendo legítima proprietária de toda a faixa costeira, a «Celanus» está na disposição de ceder vastas zonas às juntas de freguesia, para usufruto das suas populações e do povo de Esposende em geral» — refere o eng.º Costa e Sousa.

A finalizar, comentando tanta polémica à volta do assunto, o responsável da «Celanus» afirma ao JN que «talvez sejamos incómodos. Pode ser que haja outros interesses à volta desta questão...».

Pelo que nos foi dado apreciar, pensamos que o «folhetim» das dunas de Esposende ainda não acabará por aqui. O secretário de Estado «avançará» com a questão da reserva? A «Celanus» terá ainda algum ás na manga? Que outros interesses se movem à volta de todo este imbróglio?

A «parada» é muito alta. Esperamos que dentro em breve se saiba quem ganhou o «jogo», ou se este se mantém numa situação de impasse...